



CAFÉ NO CLIMA

PARA ALÉM DAS FLORESTAS:

Entendendo o Mercado de Carbono
e as oportunidades para o
desenvolvimento das cidades

**O QUE É, COMO FUNCIONA E COMO SE SITUA O BRASIL DENTRO
DAS DISCUSSÕES DO MERCADO GLOBAL DE CARBONO**

INTRODUÇÃO

O **#CaféNoClima** é um evento idealizado pela Iniciativa Socioambiental Clima e Mobilidade para debater desafios e oportunidades do desenvolvimento urbano sustentável, buscando compreender brechas de atuação, estudos e narrativas diante a agenda climática nacional.

Desde 2019, ano em que aconteceram três edições do **CNC**, os encontros reúnem especialistas de diversos setores para tratar de temas relacionados ao maior desafio da nossa geração: as emergências climáticas.

Confira como foram as três primeiras edições:

#01 - A revolução dos transportes: Eletrificação, compartilhamento e automação com Daniela Coimbra, Walter Di Simoni, Mateus Silveira e Barão Di Sarno.

Durante o encontro, três macrotemas norteadores foram abordados pelos convidados:

- Políticas públicas baseadas em evidências e regulação governamental;
- Transporte público e apps de transporte compartilhado;
- Visão de Futuro: eletrificação, automação e compartilhamento.

#02 - Habitação e Transportes com Hannah Arcuschin Machado, Renata Marè e Sergio Leitão.

Durante o encontro, três macrotemas norteadores foram abordados pelos convidados:

- Espriamento das cidades: a dissociação entre habitação e mobilidade e a exclusão social;
- As cidades e seus centros: centralização X descentralização;
- Cidades inteligentes.

#03 - A atuação do Brasil na agenda climática com Iago Hairon, Isabella Prata e Nathalie Badaoui

Durante o encontro, sete macrotemas norteadores foram abordados pelos convidados:

- Os diálogos e as negociações multilaterais sobre mudanças climáticas;
- Governo Brasileiro;
- Governos Subnacionais e a política de clima;
- O desafio das cidades;
- Jovens e ativistas;
- Manifestações;
- Educação Climática.



Assista no YouTube

#CAFÉ NO CLIMA

Discussões propositivas sobre Mudanças Climáticas, Mobilidade de baixas emissões e Economia para um futuro sustentável

Este documento é resultado do **#Café no Clima**, evento realizado em 10 de outubro de 2023, na cidade de São Paulo, e que abriu a série de dois encontros para discutir o 'Mercado de Carbono e as Cidades'. Neste primeiro momento, foram abordados aspectos históricos e conceituais sobre este mecanismo global, desafios e oportunidades, diferenciação de conceitos e como o Brasil se encaixa nesse mercado a partir da sua possibilidade de regulamentação. O que vocês vão ler a seguir é um compilado geral dos destaques das falas de três especialistas no tema, que além da explicação técnica, trouxeram ainda suas visões pessoais, críticas, observações do momento atual e reflexões sobre o futuro.

O objetivo é explicar um assunto tão complexo e repleto de camadas técnicas, políticas e burocráticas, de uma forma onde todas e todos possam compreender. O desafio de compreensão do tema é hoje uma das principais barreiras para seu sucesso na sociedade - o que significa ver grandes poluidores pagando por suas emissões e, conseqüentemente, buscando de forma ativa reduzir seus impactos no planeta - e é nesse sentido onde o **#Café no Clima** tenta colaborar: Apoiando na comunicação/educação climática, no entendimento/disseminação de assuntos importantes e estratégicos e, sobretudo, construindo coletivamente formas de participação/pressão/monitoramento da sociedade civil no processo.

O **CNC** é uma iniciativa da Clima e Mobilidade (CMob) em parceria com a Tembici e apoio do Itaú. O próximo encontro será realizado dia 29 de novembro de 2023 e trará exemplos concretos de projetos de carbono realizados por empresas que atuam em áreas urbanas brasileiras.

** As falas dos participantes foram levemente adaptadas para possibilitar fluidez no texto escrito.*

#CAFÉ NO CLIMA

Discussões propositivas sobre Mudanças Climáticas, Mobilidade de baixas emissões e Economia para um futuro sustentável



FERNANDO LISBOA



Professor, mentor e empreendedor, trabalha com sustentabilidade e inovação com ênfase em Mercado de Carbono, entre suas atribuições, se destaca: Professor do Instituto Federal do Triângulo Mineiro; Membro da Aliança Brasileira de Pesquisa em Finanças e Investimentos Sustentáveis; Membro do grupo gestor do programa ABC+; Doutor em Sistemas Sustentáveis de Energia pelo MIT Portugal.

“A gente tem três escopos de eficiência, que é o que a gente calcula para dizer se o seu negócio é um negócio passível de mercado de carbono ou não. Permita-me trazer um pouquinho da minha experiência que uma tonelada de CO2 equivalente ou dióxido de carbono equivalente não é para toda atividade econômica. Felizmente ou infelizmente, as pessoas não conseguem atingir o mercado de carbono com pequenas atividades que a gente faz no dia a dia. Mas, existem hoje outros instrumentos financeiros, que são pagamentos por serviços ambientais ou PSAs popularmente conhecidos, em que a gente já consegue, por exemplo, que uma comunidade tradicional da minha cidade, que preserva a cultura de alguma coisa, comece a receber também por isso.”

ANDRÉ CASTILHO



Advogado especialista em Direito Ambiental, sócio do escritório Cipriano e Castilho e consultor da LACLIMA, onde coordena o GT “Resíduos e Clima”. Mestrando em Direito pela Faculdade de Direito da USP e Universidade de Lyon. Realiza pesquisas sobre gestão de resíduos, créditos de logística reversa, créditos de carbono, saneamento, responsabilidade ambiental e mudanças climáticas.

“Estamos no momento de transição do Protocolo de Quioto e Acordo de Paris, os créditos de carbono, o mercado de carbono no Acordo de Paris não está 100% implementado ainda, porque nós ainda temos muitas discussões de implementação bem prática mesmo, como, por exemplo, quem é o órgão responsável dentro da ONU para fazer isso? E são esses temas que são discutidos nas COPs. Então a gente tem uma discussão por ano com 196 países sentando e tem que ser tudo unânime. As decisões têm que ser todas unânimes. Então, a gente vai caminhando bem devagar. Então, a gente está nessa transição entre Protocolo de Quioto e Acordo de Paris ainda, embora o Acordo de Paris já tenha seus 8 anos. É uma discussão difícil, demorada, mas que a gente tem que levar em consideração, por exemplo, que tem muitos projetos aprovados no âmbito do Protocolo de Quioto, que ainda não se pagaram e vão demorar bons anos para se pagar.”

LAURA CENEVIVA



Arquiteta e urbanista, coordena a Assessoria Técnica em Mudanças Climáticas da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente da Prefeitura de SP e foi uma das responsáveis pela elaboração do Plano de Ação Climática - o PlanClima/SP. É Mestre em Estruturas Ambientais Urbanas pela FAU/USP e possui especialização em Planejamento Regional e Urbano pela Technische Universität Berlin, Alemanha.

“Tenho uma dificuldade do uso de um mecanismo de mercado para ir contra o mercado. E por que é contra o mercado? Porque o problema que a gente está vivendo hoje em dia com o aquecimento global é fundamentalmente um problema criado pelo nosso modo de produção, portanto, apoiado no mercado, não é? E eu tenho cá minhas dúvidas que um uso de mecanismos de mercado seja capaz de ir contra o mercado. Ao mesmo tempo, eu também reconheço que há virtudes. No uso desses instrumentos de mercado e tendo em vista a agilidade que a gente precisa ter, acho muito correto que a gente faça o esforço de usar aquilo que seja possível usar.”

HISTÓRICO E NOMENCLATURA

“A gente precisa entender um pouquinho do histórico do mercado de carbono e como a gente chegou aqui nesse meio. Primeiramente, o nome Mercado de carbono, o mercado de gases de efeito estufa. Esse nome data na ciência desde 1970. Na década de 70 já tinha pesquisadores falando sobre isso, mas ele ainda não era regulamentado, não era feito, não era instrumentalizado. Em 1992, com a Eco e com todos os eventos que a ONU promovia, começou-se a dizer que esse tipo de mercado seria salutar. Mas só em 1997, com a assinatura do Protocolo de Quioto, países se comprometeram a ter um limite máximo de emissão de gases de efeito estufa. Vejam bem, eu não estou falando carbono, estou falando gases de efeito estufa. Então o nome natural desse mercado seria mercado de redução de gases de efeito estufa, mas foi comercialmente traduzido como mercado de carbono.” (Fernando)

O QUE É?

“É o valor monetário pago por uma tonelada de CO₂ ou dióxido de carbono equivalente, que é reduzido da atmosfera ou então é compensado. Vamos falar um pouquinho mais sobre isso. Eu estou na minha empresa, na Tembici, ou então no Itaú, ou nas empresas que eu trabalho de modo geral e eu coloco ali alguma atividade que faz com que eu reduza a emissão de gases de efeito estufa, o que a gente chama de eco-friendly, sustentável, mais verde, etc. O nome correto para isso técnico, a gente chama de adicionalidade. Então, nós fizemos uma adicionalidade ali no meio. Essa adicionalidade, através de uma quantificação, a gente entende que ela reduz a emissão de gases de efeito estufa. Essa redução da emissão é o que eu comercializo, porque de um lado eu tenho dois entes um que reduz e um que não conseguiu reduzir as suas emissões, mas esse que não conseguiu contabilmente ele vai comprar essa redução do outro que conseguiu. (...) No mercado de carbono eu tenho aquelas atividades que removem do ambiente os gases de efeito estufa, por exemplo, reflorestamento, florestamento, plantio direto, integração agropecuária-floresta, andar de bicicleta (...). Várias atividades que nós fazemos no nosso dia a dia e que a gente entende como mais sustentável. Então, existem esses dois parâmetros de mercado de carbono.” (Fernando)

METODOLOGIA

“Falando de metodologia, transparência e rastreabilidade, a gente tem que para fazer o inventário, para elaborar um projeto que gere créditos de carbono, você tem que percorrer estas questões e o cálculo que vai demonstrar que vai ser possível ter o crédito ou não ter o crédito, quanto é, quanto não é, etc., tem que ser uma metodologia perfeita e amplamente validada. E isso implica questões científicas, de definição de parâmetros aplicáveis a projetos muito significativa. E, portanto, a gente tem uma demanda de conhecimento para formular a metodologia e formular as hipóteses de aplicação e um conhecimento que vai reverberar, inclusive, por exemplo, em processos de precificação.” (Laura)

“Via de regra, a gente sempre começa entendendo o que o projeto tem de adicionalidade. Sempre, a gente precisa entender que o projeto tem que ter alguma coisa que poupe emissões de gases de efeito estufa no ambiente ou que remova gases de efeito estufa no ambiente. Se houver uma atividade econômica que não faz isso, o projeto já não começa bem daí.” (Fernando)

“Para quem quer começar a pensar em mercado de carbono, é fazer um estudo de viabilidade. Ele é um estudo de viabilidade técnica, mas também um estudo de viabilidade

econômica. Eu tenho que ir lá e fazer esse estudo baseado em metodologias internacionalmente reconhecidas. No nosso caso específico, a gente trabalha com a análise de ciclo de vida. Para quem não conhece ou nunca ouviu falar, é o método mais utilizado na Europa, nos Estados Unidos. E agora a gente está trazendo uma versão brasileira. E por que eu falo de versão? Para fazer uma análise de ciclo de vida, eu tenho tabelas que fazem uma simulação de emissões. E na Europa e nos Estados Unidos, essas tabelas já estão bem reconhecidas. No Brasil, a gente ainda está engatinhando na construção dessas tabelas. Hoje, órgãos públicos brasileiros, a Embrapa, a FGV e vários outros uniram forças para a gente ter essas tabelas um pouco mais confiáveis. (...) Feito esse cálculo inicial e entendendo que você tem ao menos 1 tonelada de CO2 reduzido ou poupado, aí você vai para uma segunda etapa, que se chama plano de monitoramento e ação. Eu olho para essa etapa e vejo que ele tem pelo menos 1 tonelada de CO2 reduzido ou removido e aí eu vou falar o que que eu vou fazer para quantificar aquilo. (...) a gente precisa monitorar durante algum período, entendendo o que é que eu monitoro através desse plano e começa a fazer o inventário de emissões de gases de efeito estufa, que nada mais é do que uma lista enorme de todas as fontes de emissão e qual é a quantificação dela naquele período. Neste momento eu já vou até a nossa certificadora.” (Fernando)

“Felizmente, 98% dos projetos brasileiros são da Verra ou, infelizmente, por conta dos escândalos que a gente teve. E a Verra trabalha com um sistema que se chama *VCS Verified Carbon Standards*, que é um sistema muito bom, mas que tem muitas críticas e muitas vezes não funciona para aquele tipo de atividade econômica que nós temos. Olhando para aquilo, eu posso entender que a minha atividade econômica vai entrar no *Verified Carbon Standard* ou não, e aí eu vou ter que mostrar para eles como a minha metodologia que eu estou utilizando vai ser utilizada para aquilo.” (Fernando)

“Olhei para o VCS, entendi que as metodologias não estavam lá ou estavam, entendi, classifiquei as metodologias, eu vou até a nossa certificadora e falar agora eu quero registrar o projeto. Esse registro é transparente, ele é público e qualquer pessoa pode ir lá e olhar quais são os números que você está colocando no sistema. Eu consigo ver todos os projetos que são verificados por aquela certificadora, porque eles têm que ser públicos por uma questão de transparência.” (Fernando)

“Eu trabalho esses dados durante um tempo na certificadora e, aí sim, eu contrato a certificadora para ir até a minha atividade econômica entender se de fato eu tenho aquela emissão ou não baseado naquelas metodologias que eu fiz. Uma vez, né, certificado ou, uma vez a certificadora falando, tudo bem, você tem essa metodologia validada, aí sim

eu tenho o título de créditos de carbono que podem ser comercializados. E parou por aí? Claro que não. Existem vários tipos de comercialização que eu posso fazer. A prefeitura e a Tembici optaram por uma venda através de leilão público, que é uma venda muito direta. Enfim, eu tenho esses créditos quem quer adquirir ou não? Mas existem também alguns outros mecanismos de mercado. Hoje essa certificadora que eu falei para vocês, ela já tem uma lista de compradores potenciais desse crédito que você tem. Então, muitas vezes você faz ali aquela troca comercial e o contrato durante o período daquele projeto.” (Fernando)

“Tem limite de contratos para o agro. A gente tem contratos de mais de 60 anos de pagamento de mercado de carbono, outros tipos de atividade. A gente tem 7 anos renovados por mais 2 períodos, ou seja, 21 anos.” (Fernando)

“Projetos florestais não são economicamente viáveis em 5 anos. Em 10 anos, são projetos que duram 10, 20, 30, 40 anos. Nisso já tivemos dois acordos, já tivemos o Protocolo de Quioto de 1997. Vinte anos depois, menos de 20 anos depois, nós temos o Acordo de Paris em 2015. Então, a gente já está falando de duas regulamentações internacionais, que foram dois grandes feitos da diplomacia internacional, que estiveram aí no meio desses projetos. Isso já gera uma dificuldade maior, por exemplo, da transição de Quioto para Paris, que traz regulamentações diferentes.” (André)

MERCADO DE CARBONO VOLUNTÁRIO X REGULADO

“A gente muitas vezes escuta falar do mercado voluntário de carbono. Como o nome diz, ele é voluntário. As empresas ou quem queira comprar um crédito de carbono, por exemplo, que é aquela uma tonelada de gás carbônico equivalente que deixa de ser emitida. Elas o fazem por compromissos voluntários assumidos globalmente, no caso, por exemplo, de transnacionais, seja por negociações entre partes, mas nunca por uma obrigação legal. Ela é algo voluntário. Esse mercado, ele se baseia basicamente em projetos que vão realizar essa redução das emissões certificados por alguma empresa que pode ser privada, pode ter fins lucrativos, pode não ter, mas ela vai certificar que, por exemplo, 1000 toneladas de gás carbônico equivalente deixaram de ser emitidos em projetos como por exemplo, o REDD+, que é esse projeto de desmatamento evitado, que foi onde o Brasil nadou de braçada na última década, graças a uma região chamada região amazônica, né? Sempre é bom lembrar isso. O mercado voluntário tem suas próprias metodologias que por

mais que sejam extremamente técnicas e muitas vezes confiáveis, também tem suas dificuldades, também tem suas incertezas, incertezas inclusive científicas.” (André)

“O mercado voluntário vem sofrendo uma grave crise reputacional. Primeiro, porque muitos desses grandes projetos florestais eram vistos como grandes salvadores e que provavelmente acabaram inflando muito mais do que realmente tinham capacidade de reduzir as emissões. E podem ter 1001 motivos para isso, desde a má-fé até uma evolução na ciência que demonstra que, olha, realmente não era tudo isso que a gente esperava.” (André)

“Quando a gente fala de crédito de carbono, a gente está falando especificamente do ponto de vista jurídico, do mercado voluntário. Quando a gente fala de mercado regulado, a gente está falando de um ente estatal ou paraestatal e aí a gente vai ter os projetos jurisdicionais, que, por exemplo, com a omissão do Estado brasileiro em regulamentar o mercado de carbono, alguns estados amazônicos começaram a discutir o próprio projeto. Então, a gente pode ter também ali projetos jurisdicionais, mas nós temos um ente estatal colocando allowances que seriam as permissões.” (André)

“A Verra, que é uma organização sem fins lucrativos, que formulou a metodologia que orienta o mercado voluntário, descobriram que, na realidade, eles orientavam, vamos dizer assim, as coisas, para determinados resultados. E isso, eviden-

temente, não é possível. E mostra como o greenwashing é um fato. E a gente tem que tomar muito cuidado com isso.” (Laura)

“O ente estatal então vai fazer um grande inventário das emissões do Estado, quanto que o Brasil gera de gás carbônico equivalente, sei lá, por ano e vai colocar uma meta de redução nacional. Dessas metas ele vai gerar cotas. Então cada papelzinho desse vai valer uma tonelada que deixou de ser emitida. E ele vai alocar essas cotas para os diferentes setores, para as diferentes empresas. Essa alocação pode ser com custos, cobrando ou pode ser realmente uma alocação gratuita. Dito isso, essas empresas vão ter um prazo para emitir esse máximo de cotas e se elas ultrapassarem essas cotas, elas vão ter que dar um jeito de comprar de outros que não ultrapassaram. Esse é o chamado sistema de teto e comércio, *cap and trade*. Então, você tem um teto de emissões. Se você ultrapassar esse teto, você vai ter que comprar de quem não ultrapassou. E isso é importante porque se você não consegue fazer essa compensação, você, por exemplo, não vai poder operar suas atividades.” (André)

“Eu estou falando do mercado regulado, mas eu disse que o mercado regulado e o mercado voluntário nem sempre são tão distintos entre eles. Eles se conversam, às vezes. Uma situação muito comum internacionalmente é que o mercado regulado permita que uma certa porcentagem das suas emissões possam ser compensadas por meio do mercado

voluntário. Não costuma passar de 15%. Então, se eu não posso 15%, se minhas contas não estiverem erradas, 85%, então eu tenho que garantir por meio dessas cotas.” (André)

ESCOPOS

“Para fins de mercado de carbono, a gente trabalha com 3 escopos específicos. (...) O escopo 1, ele está relacionado à sua atividade direta: o que você produz? O que você emite diretamente com a sua atividade? Esse escopo é quantificável e ele é muito mais fácil porque ele está dentro da minha propriedade, então eu consigo colocar ali instrumentos de quantificação. O escopo 2 tem a ver com todos os tipos de energia relacionados ao meio indireto, porque muitas vezes a energia não é você quem produz. É uma concessionária ou, enfim, algum tipo de mercado energético. E o escopo 3, aí sim, eu estou olhando para toda a cadeia como um todo e não só para minha atividade específica. E aí essa atividade eu vou quantificar da cadeia. (...) esses três tipos de escopo é o que a gente usa para fazer o inventário de emissões de gases de efeito estufa. Nesse inventário, quase 80% de todos os gases são, de fato, dióxido de carbono (CO₂), um pouquinho mais de 80%, em geral. Para quem faz inventário, a gente vê isso a todo momento, mas existem outros gases e, dependendo da sua atividade econômica, obviamente a gente vai quantificar todos os outros.” (Fernando)

NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS: DO PROTOCOLO DE QUIOTO PASSANDO PELO ACORDO DE PARIS

“Quando a gente vai para o Acordo de Paris, em 2015, esse cenário muda. Esse cenário muda porque a Convenção do Clima começa a entender que talvez a imposição de metas não seja muito eficiente. E por que isso aconteceu? Principalmente porque, em 2009, o Canadá percebeu que não ia cumprir suas metas. E o que o Canadá fez? Saiu do Protocolo de Quioto, simplesmente saiu. E aí foi um grande drama no âmbito das negociações internacionais porque, poxa, a gente passou anos discutindo, conseguiu um acordo internacional e quando um país não vai conseguir cumprir suas metas, ele simplesmente sai. Então, o Acordo de Paris vem com a

lógica oposta, que é uma lógica de bottom-up, de baixo para cima, em que os próprios países colocam as suas metas, as tais das NDCs, que são as contribuições nacionalmente determinadas, na sigla em inglês. No momento em que você mesmo coloca as suas metas, já não tem mais aquela dicotomia entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Todo mundo agora tem a obrigação, uma obrigação que você mesmo coloca, mas todo mundo tem. E o Brasil tem suas obrigações apresentadas nas NDCs e que acabou de ser revisada pelo atual governo.” (André)

CONTEXTO BRASILEIRO

“O Brasil era um grande interessado no mercado voluntário, principalmente porque no âmbito do Protocolo de Quioto, quando surgem os projetos e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, entre eles os REDD+ na Amazônia, por exemplo, no âmbito do Protocolo de Quioto, o Brasil estava numa lista de países que eram os países em desenvolvimento ou países subdesenvolvidos, numa lógica bem dos anos 1990, que não tinham obrigações de redução de emissões. As obrigações, elas eram impostas aos países desenvolvidos. E nessa primeira década do século XXI, Brasil, China, Índia se valeram muito dessa situação de não ter obrigação, mas ao mesmo tempo

podendo contribuir para que os países desenvolvidos cumprissem com suas metas e construíram diversos projetos, no caso brasileiro, principalmente na região amazônica.” (André)

“O principal projeto de lei (sobre regulamentação do mercado de carbono no Brasil), que é o 412 de 2022 do Senado Federal, foi finalmente aprovado na Comissão de Meio Ambiente do Senado. Nós ainda temos um caminho pela frente, que é passar pela Câmara agora que sempre sabemos que é um pouco mais difícil, mas foi um projeto de lei muito debatido, muito negociado e foi tão negociado que(...) os setores que vão ser regulados não estão previstos no projeto de lei, porque isso fica para um segundo momento de regulamentação. Mas só foi aprovado na Comissão de Meio Ambiente porque, por muito lobby, apesar dos setores não estarem descritos no projeto de lei, tem um setor que está descrito, o que não está previsto, e esse setor foi o agro e só por isso a gente conseguiu passar esse projeto de lei na Comissão do Meio Ambiente, senão a gente não sabe quanto tempo ficaria lá.” (André)

“O projeto de lei que foi aprovado no Senado coloca 2 tipos de obrigações. A primeira obrigação para aquele grupo de empresas que polua, que emita até 15.000 toneladas de gás carbônico por ano e aqueles que emitem mais de 25.000, os que emitem mais de 15.000 têm uma obrigação, primeiro de fazer um plano, né? Então isso já é importante porque muitas empresas não têm nem noção de quanto

poluem, de quanto emitem. Então, às vezes elas podem até achar que emitem menos de 15.000 e aí, fazendo esse plano, descobrem que elas estão no outro grupo. Então, a gente já começa a criar dados e dados. Falta de dados, na verdade é um grande problema na área ambiental como um todo, né? Eu estudo muito resíduos e isso não é um problema brasileiro. Isso é um problema mundial. O que a gente emite, seja na atmosfera, seja nos recursos hídricos, seja no solo, a gente não costuma contabilizar porque a gente nem coloca na conta. A gente só joga fora porque a gente acha que vai sumir. Então, gerar dados é importante. Esse é o primeiro ponto. Segundo ponto é feito esse plano. De tempos em tempos você tem que apresentar um relatório para aí, no caso, vai ser o órgão gestor do Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, que é um órgão que vai ser criado posteriormente por meio de regulação. Essas são as 2 obrigações básicas. Se você emite mais de 25.000, vão ter obrigações adicionais. Que obrigação são essas? A gente vai descobrir com as regulações, basicamente, provavelmente, vai ser essa questão de você compensar, mas provavelmente você vai ter que ter metas de redução também.” (André)

“A tendência é que esse projeto de lei que realmente siga para frente e se não for, ele provavelmente vai ser algo parecido, porque está tendo realmente uma negociação muito forte entre os diferentes poderes e esse novo mercado que vai se tornar realidade no Brasil, ele prevê sim a participação do mer-

cado voluntário também. Nós não sabemos em que proporção vai se dar isso. Isso vai vir num segundo momento em termos de regulação. Como eu mencionei, essa participação do mercado voluntário no mercado regulado não costuma passar de 15%, então significa que você no máximo vai utilizar 15% de crédito do mercado voluntário para cumprir suas obrigações no mercado regulado. Mas isso não quer dizer que o mercado voluntário acaba, porque senão a Verra não estava aí vendendo tanto crédito. Porque no Brasil não temos regulado, mas, por exemplo, na União Europeia inteira temos. E mesmo assim o mercado voluntário só cresce nos últimos anos.” (André)

“Também pensando em formas ou instrumentos de harmonização, eu queria lembrar esse esforço do Ministério da Fazenda, da instituição da taxonomia ambiental para orientar investimento, que pode ser uma forma de você homogeneizar na sociedade entendimentos e referências que permitam uma confluência de ações e de possibilidades de construção mais complexa.” (Laura)

“(Queria) falar da questão de registros públicos, não do sentido de registros públicos, de coisa, de cartório, mas de registro, seja do crédito, do uso do crédito, da geração do crédito. A gente precisa de uma estrutura de registro público: de acesso público e domínio público, etc. para saber o que acontece.” (Laura)

O CASO DA CIDADE DE SÃO PAULO

“Antes da Convenção do Clima, assinada em 1992, já existiam conversações sobre um negócio que chamava exploração de gás bioquímico, que veio depois a ser a exploração do do metano dos aterros sanitários para geração de eletricidade. Foi inaugurada a usina do Aterro Bandeirantes. Foi a primeira em 2004. Naquela época, a maior do mundo e depois, pouco depois, inaugurada a usina do Aterro São João. Ambos os projetos geraram, dentro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, ainda naquela época, no começo dos anos 2000, a emissão de créditos de carbono pela Convenção do Clima, que foram posteriormente comercializados em leilões internacionais dos primeiros realizados no mundo e que geraram que muitos milhões de dólares para a Prefeitura de São Paulo. E aqui uma primeira observação que é o seguinte, tá, muito bem, então quanta grana vocês levaram e faz o quê com essa grana, não é verdade? Ela é depositada no Fundo Municipal de Meio Ambiente e ela tem a obrigação de ser, não totalmente, mas boa parte dela investida no local onde foi auferida essa renda. Ou seja, se o aterro Ban-

deirante está lá em Perus, uma parte tinha que ser emitida lá em Perus. E no caso, por exemplo, gerando a implantação do Parque Linear do Ribeirão Perus.” (Laura)

“Falando de emissão e remoção de gases de efeito estufa, nas cidades, por exemplo, há oportunidades em vários setores e, evidentemente, e fundamentalmente, eles são vinculados aos setores de onde estão as fontes de emissão, a começar, por exemplo, de ônibus e de veículos em geral, mas no caso do município de São Paulo, ônibus. Está todos os dias, nos jornais, a substituição da frota dos ônibus em São Paulo. E aqui eu faço uma pequena anotação, por exemplo, que se o PROCONVE tivesse avançado como deveria ter avançado... O que é o PROCONVE? É o programa de controle da poluição veicular. E os motores a combustão tivessem avançado como deveriam ter avançado e não o fizeram. Os combustíveis terem melhorado e tudo mais. A gente não teria entrado numa briga enorme que houve lá em 2016, 2017, 2018, porque deveria ter sido feita a substituição da frota e não foi feita porque o PROCONVE acabou ficando muito, muito para trás e sem avanços. É claro que o que estava na lei do clima era o não uso de combustíveis fósseis, mas não a substituição de motores a combustão.” (Laura)

“Então os ônibus e caminhões de coleta de lixo são frotas cativas da Prefeitura de São Paulo e de qualquer prefeitura grande, e pelo menos oferecem oportunidades para redução. Ou falando de iniciativa privada, a gente teve o exemplo do ensaio com os táxis híbridos há uns dez anos atrás, mais ou menos, com os Toyota Prius financiados para taxistas ou em edifícios de geração distribuída ou eventualmente em florestas urbanas. E futuramente, eu tenho a expectativa de que o desenho urbano possa gerar também algum tipo de benefício.” (Laura)

“O PlanClima é o primeiro passo na organização e definição de ações para um futuro de longo prazo até 2050 que se pretende a neutralização, como o Banco Itaú também apontou, e o município de São Paulo vai conseguir não só pelas ações próprias, mas pelas ações de todas as instituições públicas e privadas que realizarem os seus esforços no mesmo sentido. O PlanClima começou pela preocupação de plantar a ideia na cabeça não só da instituição prefeitura, mas de vários outros setores da sociedade de que precisamos começar a agir nesse rumo. Nele, não há recomendação para uso de créditos de carbono, nem para não uso.” (Laura)



#CaféNoClima é uma iniciativa da
Iniciativa Socioambiental Clima e Mobilidade

Outubro 2023

Ficha Técnica

Realização: Iniciativa Socioambiental Clima e Mobilidade
Aline Cavalcante, Brunno Carvalho, Juliana Trento,
Juliana Russar, Gabriel Bonamichi, Guilherme Campbell

Co-realização:

Tembici

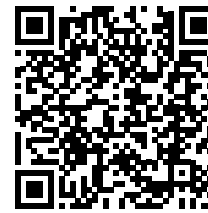
Transmissão ao vivo:

R5 Filmes

Fotografia:

Renan Amaral

O conteúdo completo está disponível
em nosso canal do Youtube:
www.youtube.com/@climaEmobilidade



Mais informações:

contato@climaemobilidade.org
www.climaemobilidade.org
[@climaemobilidade](https://www.instagram.com/climaemobilidade)

